

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em outubro de 2015, na sequência de um concurso público internacional, o Estado português celebrou com a Empresa Sevenair/Aero Vip, um contrato de concessão de serviços de transporte aéreo entre Bragança e Portimão, com escalas em Vila Real, Viseu e Cascais, válido por 3 anos e com um custo direto, em termos de indemnizações compensatórias, de 7,8 milhões de euros.

O referido contrato, permitiu, como definido nos termos das obrigações de serviço público (OSP), "estimular a mobilidade e a atividade económica entre regiões, de Norte a Sul do país, proporcionando melhores e mais rápidas acessibilidades entre os diferentes pontos do território continental", e um inequívoco reforço da igualdade de oportunidades e da coesão nacional.

Na verdade, os indicadores conhecidos revelam que a procura não tem parado de crescer desde 2015 na linha regional Bragança-Portimão, tendo-se registado nos primeiros oito meses de 2018 mais 4436 passageiros do que em 2017 (2006), o que significa um crescimento de 49,6% da taxa de ocupação. A este dado acresce uma progressiva fidelização de passageiros, de cariz profissional ou de negócios, e o aumento da procura de viagens turísticas e de lazer para o interior do país ou, no sentido inverso, para o Algarve.

Em abril de 2018, oito meses antes do fim do atual contrato de concessão, o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas prometeu, conforme publicado em vários órgãos de comunicação social locais e regionais, «lançar ainda durante o primeiro semestre um novo concurso para a ligação aérea entre Bragança e Portimão», tendo, na mesma ocasião, um responsável da Aero Vip, a companhia aérea do Grupo Seven Air, garantido publicamente que a empresa tinha interesse em continuar a assegurar esta carreira aérea regional.

Mas só hoje, 23 de novembro de 2018, mais de 240 dias depois do anúncio e da promessa, e a menos de um mês do fim do contrato de concessão, é que o Conselho de Ministros autorizou o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas a iniciar o processo de lançamento de um novo concurso internacional. Uma decisão incompreensivelmente tardia, que não honra a palavra dada pelo governo, e que põe não só em risco a continuidade do serviço, como deixa muitas

dúvidas sobre o futuro da ligação e do serviço de transporte aéreo, uma vez que o governo se recusa a enunciar ou a confirmar os termos em que a mesma vai, ou não, continuar a ser concessionada e explorada.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm endereçar, através de V. Exa, as seguintes questões ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas:

1. Tendo o governo conhecimento, desde o início do seu mandato, há 3 anos atrás, que esta concessão terminaria em 22 dezembro de 2018 e da complexidade e da morosidade de um processo desta natureza, porque razão não lançou em devido tempo, como expectável e prometido, o novo concurso para a concessão do serviço de transporte aéreo entre Bragança e Portimão?
2. Terminando o contrato de concessão em vigor a 22 de dezembro de 2018, pretende ou não o governo evitar a interrupção do serviço de transporte aéreo entre Bragança e Portimão a partir dessa data? Em caso afirmativo, de que forma o pretende fazer, com que enquadramento jurídico, com que duração e qual o valor estimado para assegurar o serviço durante esse período?
3. Em que termos e em que data é que o governo vai lançar o novo concurso público internacional para a ligação aérea Bragança – Portimão? O nível de serviço atual (itinerários, escalas, frequências, horários, tarifas, etc.), as obrigações de serviço público, a duração e os valores do financiamento público manter-se-ão ou serão alteradas? Em caso de virem a ser introduzidas alterações ao atual caderno de encargos e aos termos da concessão, em que consistem essas alterações e quais as razões que as justificam?
4. Em que data é que o governo espera que o novo processo de concessão da ligação aérea Bragança – Portimão esteja concluído?

Palácio de São Bento, 26 de novembro de 2018

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)